



## **Diretrizes para a realização da pesquisa-ação: da estrutura às abordagens que impactam sua credibilidade**

(Ualison Rébula de Oliveira – UFF – [ualison.oliveira@gmail.com](mailto:ualison.oliveira@gmail.com))



### Editorial

## **Diretrizes para a realização da pesquisa-ação: da estrutura às abordagens que impactam sua credibilidade**

Conforme discutido em nosso último editorial, disponível neste link: <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/860>, o capítulo “Materiais e Métodos” figura entre os mais complexos a serem desenvolvidos em uma dissertação. Diante dessa constatação, o corpo editorial da RASI decidiu lançar uma série de conteúdos abordando diferentes métodos, sendo a pesquisa-ação a escolhida para iniciar essa série, dada a sua relevância na resolução prática de problemas nas organizações (Oliveira et al., 2023; Hassan et al., 2023; Sundarakani et al., 2021; Balthu & Clegg, 2021; Athanasopoulou e De Reuver, 2020).

Para tanto, os artigos mais citados (com mais de cem citações) e mais recentes (publicados a partir de 2020) foram selecionados na *Web of Science*. A seleção abrangeu periódicos vinculados à área de gestão (*management*) e classificados no primeiro quartil (Q1). A busca foi conduzida utilizando as palavras-chave “*action research*” ou “pesquisa-ação” no campo título. Destaca-se que o artigo de Tripp (2005), apesar de não estar no primeiro quartil, foi incluído devido à sua relevância como a pesquisa mais citada em língua portuguesa na base *Web of Science*.

No tocante aos artigos presentes neste número (Volume 10, Número 1), ao finalizar a discussão sobre pesquisa-ação, apresentamos um panorama abrangente das contribuições oferecidas por seis trabalhos que abordam uma ampla gama de temas. A multiplicidade de assuntos, métodos e experiências apresentada nesta edição representa uma valiosa fonte de conhecimento, da qual esperamos que os leitores desfrutem plenamente. Encorajamos, dessa forma, os leitores a investigarem minuciosamente essas pesquisas, as quais estarão disponíveis integralmente na página da RASI.

### **Definição e características da pesquisa-ação**

A relação entre pesquisa e aplicação sempre foi de interesse central. Entretanto, as ciências sociais produzem descobertas e conhecimento quem nem sempre são retroalimentadas e utilizadas (Hult & Lennung, 1980). Na área de Administração da Produção, por exemplo, muitas pesquisas falharam em influenciar a prática, principalmente devido à inadequação dos métodos tradicionais em gerar resultados amplamente relevantes e aplicáveis em questões complexas (Westbrook, 1995). A pesquisa-ação pode ser vista como uma forma de lidar com essa dificuldade, uma vez que sua abordagem iterativa garante proximidade com variáveis em ambientes complexos, enquanto a exigência de criatividade busca desenvolver novas abordagens e soluções para situações não previamente prescritas.

A pesquisa-ação adota uma abordagem científica para investigar a resolução de questões sociais ou organizacionais relevantes, envolvendo ativamente os participantes que vivenciam essas questões. Essa metodologia participativa contrasta com a pesquisa tradicional, na qual os membros do sistema são meros objetos de estudo. Além disso, a pesquisa-ação é simultânea à ação, buscando tornar essa ação mais eficaz enquanto constrói um corpo de conhecimento científico. Funcionando como uma abordagem para resolver problemas, constitui uma aplicação do método científico, envolvendo a descoberta de fatos e experimentação para lidar com problemas práticos que requerem soluções de ação e

colaboração entre os pesquisadores de ação e membros da organização (Coughlan & Coughlan, 2002).

O termo “pesquisa-ação” foi abordado pela primeira vez em 1946, por Kurt Lewin, em seu trabalho intitulado “*Action research and minority problems*”, como um processo de pesquisa que conciliava o uso da teoria e da participação do pesquisador para promover mudanças no sistema social. Trata-se de um método capaz de gerar mudanças no meio pesquisado e, ao mesmo tempo, gerar conhecimento crítico sobre ele (Susman & Evered, 1978).

Quatro décadas após a primeira publicação, Hult e Lennung (1980) observaram, ao longo dos anos, vários significados e diferentes definições daquelas propostas por Lewin (1946) para pesquisa-ação. Nesse sentido, com o intuito de apresentar uma definição adequada, tais autores examinaram várias publicações sobre o tema, de onde extraíram-se o que eles chamaram de “menores denominadores comuns”, decompondo-os em seus elementos constitutivos. A partir de tal análise, Hult e Lennung (1980, p. 247) propuseram a seguinte definição:

A pesquisa-ação simultaneamente auxilia na solução prática de problemas e expande o conhecimento científico, além de aprimorar as competências dos atores envolvidos, sendo realizada de forma colaborativa em uma situação imediata, utilizando feedback de dados em um processo cíclico com o objetivo de aumentar a compreensão de uma determinada situação social. É primariamente aplicável para a compreensão de processos de mudança em sistemas sociais e é realizada dentro de um quadro ético mutuamente aceitável.

Apesar da pesquisa-ação ser considerada uma abordagem científica genuína (Coughlan & Coughlan, 2002) e especialmente adequada para desenvolver teorias intimamente ligadas à prática (Huxham & Vangen, 2003), sua aplicação é subaproveitada em diversas áreas, como Administração da Produção (Westbrook, 1995) e Logística (Näslund et al., 2010). Para ilustrar, Näslund et al. (2010) descobriram que apenas 0,36% das pesquisas em Logística empregaram a pesquisa-ação. Na Administração da Produção, durante o período de 1985 a 1997, não há menções ao método de pesquisa-ação em publicações de periódicos (Coughlan & Coughlan, 2002). Tais achados corroboram que a pesquisa-ação ainda não atingiu totalmente seu potencial como uma fonte robusta e aplicável de conhecimento acadêmico em gestão (Coughlan, 2011; De Oliveira et al., 2023).

Embora a pesquisa-ação seja abordada de maneiras distintas em várias áreas do conhecimento, Baskerville e Wood-Harper (1998) defendem que suas características fundamentais permanecem evidentes, independentemente de variações decorrentes da inclusão de elementos adicionais pertinentes à cada área. Segundo Susman e Evered (1978), a pesquisa-ação apresenta seis características básicas:

- i) é orientada para o futuro, uma vez que lida com preocupações práticas direcionadas por metas, objetivos e com o processo de planejamento;
- ii) é colaborativa, uma vez que a interdependência entre o pesquisador e “objeto de pesquisa” é uma característica essencial da pesquisa-ação, impedindo que o pesquisador



assuma um papel de mero observador do processo; muito pelo contrário, obriga-o a avaliar ações planejadas em conjunto com o sistema cliente;

iii) é focada no desenvolvimento de estruturas apropriadas para modificar o relacionamento do “objeto de pesquisa” com seu ambiente relevante, de forma a promover a resolução de problemas e gerar novos conhecimentos;

iv) utiliza a teoria como um guia sobre o que deve ser considerado no diagnóstico de problemas e possíveis cursos de ação, podendo assim confirmá-la ou promover *insights* para sua revisão;

v) é agnóstica, uma vez que o pesquisador de ação reconhece que suas teorias e prescrições para a ação estão sujeitas a reexame e reformulação ao entrar em cada nova situação de pesquisa;

vi) é situacional, uma vez que o pesquisador da ação sabe que muitos dos relacionamentos entre pessoas, eventos e coisas são uma função da situação, conforme os atores relevantes a definem atualmente, de modo que ações planejadas produzam os resultados pretendidos.

Tais características da pesquisa-ação, na visão de Baskerville e Wood-Harper (1998), abrangem: (1) a existência de um ambiente social multivariado, (2) suposições altamente interpretativas em relação à observação, (3) intervenção ativa por parte do pesquisador, (4) aplicação da observação participativa e (5) análise das mudanças no contexto social.

### **Estruturas, ciclos e etapas da pesquisa-ação**

De acordo com Susman e Evered (1978), pesquisadores seminais do tema, a pesquisa-ação constitui um processo cíclico composto por cinco etapas: 1º - diagnóstico; 2º - planejamento de ações; 3º - implementação de ações; 4º - avaliação; e 5º - especificação de aprendizado. Essas etapas podem empregar diversas técnicas para coleta de dados, especialmente as de diagnóstico e avaliação. Alinhados a essa perspectiva, Coughlan e Coughlan (2002) recomendam a condução da pesquisa-ação em múltiplos ciclos, sujeitos a uma monitoração abrangente durante todo o projeto. Cada ciclo, por sua vez, é subdividido em seis etapas, conforme detalha-se no Quadro 1, a seguir:



**Quadro 1.** O processo da pesquisa-ação, na visão de Coughlan e Coughlan (2002)

CICLO 1	ETAPA 1	<b>Coleta de Dados:</b> Os dados são coletados de maneiras diferentes, com “dados duros” provenientes de estatísticas operacionais e “dados soft” de observação e entrevistas. O pesquisador de ação gera dados ao se envolver ativamente nos processos organizacionais diários relacionados ao projeto.	<b>MONITORAMENTO</b>  O monitoramento é uma etapa crucial que ocorre ao longo de todos os ciclos do projeto de pesquisa-ação, proporcionando planejamento contínuo, implementação e avaliação. Os ciclos, incluindo coleta, feedback e análise de dados, planejamento, execução e avaliação, repetem-se com a implementação de ações específicas. A abordagem exige monitoramento constante das seis etapas, investigando o que ocorre, como as etapas são conduzidas e quais pressupostos estão em operação. Enquanto o grupo de direção foca nos resultados práticos, o pesquisador concentra-se no funcionamento do projeto, monitorando o processo de aprendizado e investigando a pesquisa.
	ETAPA 2	<b>Feedback de Dados:</b> O pesquisador leva os dados coletados de volta ao sistema cliente, tornando-os disponíveis para análise. A retroalimentação pode ser feita pelo pesquisador ou pela própria organização, com o pesquisador facilitando ou participando das reuniões de feedback.	
	ETAPA 3	<b>Análise de Dados:</b> A análise é colaborativa, realizada pelo pesquisador e pelos membros do sistema cliente. Essa abordagem é baseada na premissa de que os clientes conhecem melhor a organização e serão responsáveis por implementar as ações.	
	ETAPA 4	<b>Planejamento de Ação:</b> Após a análise, novas ações são planejadas em conjunto, definindo quem faz o quê e um cronograma adequado. Para um adequado direcionamento do plano de mudanças, as seguintes questões críticas devem ser respondidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que precisa ser alterado?</li> <li>• Em quais partes da organização?</li> <li>• Quais tipos de mudanças são necessários?</li> <li>• Qual apoio é necessário?</li> <li>• Como construir comprometimento?</li> <li>• Como gerenciar a resistência?</li> </ul>	
	ETAPA 5	<b>Implementação:</b> O cliente implementa a ação planejada, fazendo mudanças em colaboração com membros-chave da organização.	
	ETAPA 6	<b>Avaliação:</b> Envolve a reflexão sobre os resultados da ação, revisando o processo para beneficiar o próximo ciclo de planejamento e ação.	
CICLO 2	ETAPA 1	<b>Coleta de Dados</b>	
	ETAPA 2	<b>Feedback de Dados</b>	
	ETAPA 3	<b>Análise de Dados</b>	
	ETAPA 4	<b>Planejamento de Ação</b>	
	ETAPA 5	<b>Implementação</b>	
	ETAPA 6	<b>Avaliação</b>	
CICLO 3	ETAPA 1	<b>Coleta de Dados</b>	
	...	...	

Fonte: Elaboração própria, a partir de Coughlan e Coughlan (2002).

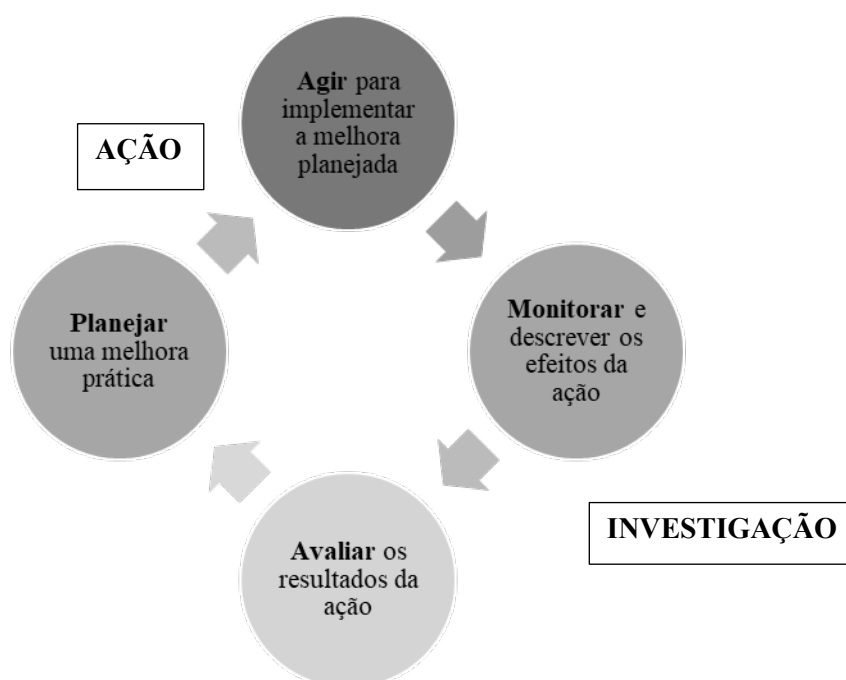
As etapas destacadas no Quadro 1 representam um processo colaborativo entre o pesquisador e a organização estudada, visando descobrir verdades fundamentais e aprimorar



continuamente as práticas em contextos organizacionais e comunitários (Coughlan & Coghlan, 2002). Nessa perspectiva, Hassan et al. (2023) conduziram uma pesquisa-ação na gestão da cadeia de suprimentos de um depósito central, adaptando o protocolo de Coughlan e Coghlan (2002) em quatro etapas sequenciais: Experimentar, Compreender, Julgar e Agir. Ao longo desse processo, cada ciclo concluído proporcionou aprendizados que foram posteriormente aplicados para revisitar e compreender a experiência com base nas evidências acumuladas durante o projeto. Este estudo delinea, de maneira sistemática, a condução de uma pesquisa-ação.

Embora, invariavelmente, a “estrutura” de projetos que são conduzidos por pesquisa-ação possa ser adaptada em relação aos objetivos específicos, circunstâncias, público-alvo, área de pesquisa e versões personalizadas para situações particulares, elas devem possuir em comum as etapas de planejamento, implementação, descrição e avaliação da mudança (Tripp, 2005). Infelizmente, ao analisar várias pesquisas que afirmaram ter utilizado a pesquisa-ação como método, Tripp (2005) observou que esse termo (pesquisa-ação) se tornou vagamente aplicado a qualquer tentativa de melhoria ou investigação prática. Por essa razão, buscando legitimar pesquisas com efeitos práticos e adaptá-las às formalidades exigidas para trabalhos acadêmicos, Tripp (2005) propôs sua operacionalização em quatro etapas bem definidas, que vão desde o planejamento até a avaliação dos resultados da ação, conforme ilustra a Figura 1. Uma abordagem aplicada e sistemática do modelo de pesquisa-ação proposto por Tripp (2005) pode ser consultada em Oliveira et al. (2023).

**Figura 1.** Ciclo da Pesquisa-Ação



Fonte: Tripp (2005).

### Abordagens que impactam na confiabilidade dos resultados da pesquisa-ação

Independente da estrutura escolhida para a pesquisa-ação, seja ela derivada dos estudos de Susman e Evered (1978), Coughlan e Coughlan (2002), Tripp (2005) ou outros, é crucial seguir um protocolo metodológico para evitar questionamentos sobre os resultados e preservar a replicabilidade da pesquisa. Essa precaução é necessária devido à falta de rigor metodológico observado por Tripp (2005) e Näslund et al. (2010) em diversas publicações que afirmaram ter utilizado o método de pesquisa-ação. Näslund et al. (2010), ao examinarem mais de 7.000 artigos sobre gestão da cadeia de suprimentos, identificaram que apenas 26 mencionavam o uso da pesquisa-ação como método. Dentre esses 26 artigos, apenas dois apresentavam um rigor metodológico adequado. Diante dessa realidade, Näslund et al. (2010) desenvolveram uma estrutura detalhada para guiar outros pesquisadores, visando superar essa lacuna. Essa estrutura compreende três categorias principais: aspectos de design, coleta de dados e análise de dados, cada uma segmentada em subcategorias, conforme organiza o Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2.** Estrutura para pesquisa-ação e suas principais categorias

Aspectos de Design	Aspectos de Coleta de Dados	Aspectos de Análise de Dados
1: Questão de pesquisa	1: Métodos, triangulação e notas de campo	1: Estrutura: Categorização e correlação de padrões
2: Mudança: ciência e prática	2: Papel do pesquisador e abordagem baseada em equipe	2: Processo cíclico e revisões de projeto
3: Discussão/Motivação da Pesquisa-Ação	3: Acesso e confiança	3: Apresentação: Encadeamento lógico, estruturas, contribuições para a ciência e a prática
4: Unidade de análise e contexto do caso		4: Rigor e validade

Fonte: Elaboração própria, a partir de Näslund et al. (2010).

Embora todas as categorias (design, coleta de dados, análise de dados) e subcategorias sejam relevantes na condução de uma pesquisa-ação, opta-se, neste momento, por explorar mais detalhadamente a subcategoria de triangulação. Essa escolha visa abordar a preocupação de diversos pesquisadores reticentes ou céticos em relação à eventual dificuldade de estabelecer causalidade e generalizar os resultados de uma Pesquisa-Ação (Coughlan, 2011).

A triangulação implica o uso de abordagens múltiplas, podendo envolver a combinação de várias fontes de dados (triangulação de dados), e/ou o emprego de múltiplos métodos de pesquisa para analisar o mesmo problema (triangulação metodológica) e/ou a participação de múltiplos pesquisadores na mesma tarefa (triangulação de pesquisadores). Abordar o mesmo problema por meio de uma variedade de métodos e ângulos pode ser útil não apenas para o estudo em si, mas também para a validade da análise. Se o mesmo fenômeno for observado por mais de um método, é altamente provável que a autenticidade da observação seja reforçada (Näslund et al., 2010).

Westbrook (1995), por sua vez, destaca que a condução da pesquisa-ação em distintos setores e contextos amplia a possibilidade de alcançar um grau de generalidade, tornando a técnica de intervenção transferível e sujeita à validação. Nessa perspectiva, Baskerville e Wood-Harper (1998) ressaltam que a “generalização para a teoria” na pesquisa-ação pode

servir como substituto à generalização estatística presente em estudos quantitativos, uma vez que essa teoria desempenha um papel crucial ao explicar por que certas ações solucionaram a configuração do problema, enquanto outras se mostraram menos eficazes.

Dois exemplos de triangulação utilizados em pesquisas-ação podem ser analisados em detalhes nos trabalhos de Puhakainen e Siponen (2010) e Hassan et al. (2023). Na pesquisa de Puhakainen e Siponen (2010), a triangulação envolveu entrevistas, *survey* e observação participante. Já no estudo de Hassan et al. (2023), a triangulação incluiu observação participante, entrevistas individuais, entrevistas em grupo e pesquisa documental. Essa abordagem diversificada na coleta de dados permite uma visão mais abrangente e robusta do fenômeno estudado, ao confrontar diferentes fontes e métodos, fortalecendo a validade e a confiabilidade dos resultados.

Além da triangulação, outra ação que deve ser tomada para aumentar a autenticidade e a confiabilidade dos resultados de uma pesquisa-ação é garantir a efetiva participação da organização/comunidade no ciclo do processo de pesquisa. Essa colaboração direta entre pesquisador e organização durante a análise dos resultados não apenas enriquece a pesquisa com insights valiosos e práticos, mas também oferece a oportunidade crucial de identificar e corrigir possíveis mal-entendidos ou suposições equivocadas sobre os resultados da pesquisa (Näslund et al., 2010; Westbrook, 1995). Essa abordagem colaborativa fortalece a relação entre pesquisador e organização, resultando em uma pesquisa mais robusta e alinhada às necessidades reais do contexto estudado.

Um bom exemplo de abordagem colaborativa entre pesquisador e pesquisado pode ser encontrado na pesquisa conduzida por Sundarakani et al. (2021). Esses pesquisadores exploraram a relevância do *blockchain* no contexto da Indústria 4.0, adotando a pesquisa-ação para avaliar a escalabilidade e funcionalidade de *big data* e *blockchain* na gestão da cadeia de suprimentos. Os autores em questão ressaltam que a participação ativa das empresas envolvidas foi essencial para implementar mudanças nos processos. Além disso, salientaram que a pesquisa-ação facilitou o desenvolvimento de novas teorias em um campo emergente, carente de uma base científica consolidada. A contribuição teórica, muitas vezes negligenciada em vários projetos de pesquisa-ação, será abordada na próxima seção.

### **A contribuição prática e teórica da pesquisa-ação**

A pesquisa-ação se destaca como uma abordagem altamente adequada para o processo iterativo de explorar novas abordagens na resolução de problemas organizacionais (Athanasopoulou & De Reuver, 2020), se destacando pela estreita conexão entre pesquisa e ação, e pelo engajamento ativo do pesquisador nas mudanças da situação em estudo. Isso impõe desafios únicos à construção teórica, diferenciando-se de abordagens mais tradicionais, que buscam coletar dados e desenvolver teorias sem impactar diretamente a situação estudada (Huxham & Vangen, 2003).

Seu caráter intervencionista não apenas permite avaliar a eficácia das mudanças práticas implementadas no contexto empresarial, mas também no desenvolvimento teórico. Nesse sentido, os projetos de pesquisa-ação não se encerram com a intervenção prática, como se fossem uma consultoria. Pelo contrário, sua conclusão ocorre com o desenvolvimento de novas teorias, proporcionando uma contribuição valiosa para o avanço científico. Sob essa perspectiva, Näslund et al. (2010) destacam o propósito duplo da pesquisa-ação, que visa



contribuir tanto para a solução de um problema de ordem prática quanto para o avanço da ciência.

Enquanto um consultor provavelmente se apoiará em técnicas estabelecidas e não buscará desenvolver novas abordagens ou generalizá-las para outros contextos, o pesquisador de ação se empenhará em criar e testar novas perspectivas (Westbrook, 1995). Enquanto o consultor visa concluir uma análise e/ou implementar uma mudança, o pesquisador vai além desse propósito, buscando descobrir novos conhecimentos que culminarão em novas teorias. Essa contribuição teórica diferencia a pesquisa-ação de uma consultoria, impedindo que seja rotulada como “consultoria disfarçada de pesquisa” (Coughlan & Coghlan, 2002, p.237).

Como exemplo da construção de novas teorias, destaca-se o estudo realizado por Lindgren, Henfridsson e Schultze (2004), que se estendeu por 30 meses em seis empresas suecas, focalizando nos sistemas de gerenciamento de competências (SGC). Com diversas estratégias de coleta de dados e intervenções, os autores elaboraram um modelo integrativo de competências organizacionais, enriquecendo a literatura ao ressaltar a interdependência entre as necessidades organizacionais e os interesses individuais. Outro bom exemplo é o trabalho de Balthu e Clegg (2021), que empregaram pesquisa-ação em uma empresa de advocacia no Reino Unido. Ao promover mudanças na prática e aprimorar o desempenho financeiro e operacional, utilizaram dezenas de entrevistas, grupos focais, reuniões e oficinas com a equipe ao longo de dois anos. Como principal contribuição teórica, apresentaram uma reflexão crítica sobre o framework intelectual na intervenção para projetar mudanças, contribuindo para a literatura sobre pesquisa baseada em intervenção.

Independente da forma como os resultados da pesquisa-ação serão apresentados, seja em um artigo científico, dissertação, tese, ou outros tipos de documentos, é essencial dedicar uma seção exclusiva, ou até mesmo um capítulo, para discutir como a intervenção prática contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico. Esse componente teórico assume uma importância significativa no avanço da ciência, uma vez que oferece *insights* valiosos para profissionais e pesquisadores que, no futuro, poderão enfrentar configurações de problemas semelhantes (Baskerville & Wood-Harper, 1998).

### **Considerações finais sobre a pesquisa-ação**

Em certa ocasião, indagaram a Tripp (2005) sobre a eficácia da pesquisa-ação, e sua resposta foi franca: a pesquisa-ação é tão eficaz quanto as pessoas que a conduzem! Imediatamente após essa resposta, Tripp (2005) sugeriu que os praticantes de pesquisa-ação fizessem a seguinte pergunta a si mesmos: o que tornaria minha pesquisa-ação mais eficaz?

Para responder a essa pergunta, o início deste editorial foi dedicado a orientar aqueles que planejam empregar a pesquisa-ação em seus trabalhos de pesquisa, abordando os seguintes tópicos: i) definição e características; ii) estruturas, ciclos e etapas; iii) abordagens que influenciam na confiabilidade dos resultados; e iv) a contribuição prática e teórica da pesquisa-ação.

Infelizmente, um lapso comum em projetos de pesquisa-ação é a ausência de conexão entre o pesquisador e a organização a ser pesquisada, logo no início das atividades de pesquisa. Em outras palavras, muitas vezes o pesquisador formula problemas de pesquisa sem envolver a organização alvo do estudo e sem se importar se aquilo que ele está sendo pesquisado é

relevante para a organização. Nesse sentido, é imperativo que as perguntas de pesquisa sejam mutuamente relevantes, tanto para o pesquisador quanto para a organização envolvida, haja vista o propósito duplo da pesquisa-ação, que visa contribuir tanto para as preocupações práticas de uma organização quanto para os objetivos científicos de um pesquisador. Aliás, essa é outra falha muito comum em projetos de pesquisa-ação, ou seja, a ausência de discussões de como os resultados das intervenções práticas geram novas teorias e contribuem para o avanço da ciência.

Certamente, a capacidade da pesquisa-ação de gerar conhecimento e contribuir para o desenvolvimento de novas teorias é singular, pois permite acesso a informações e dados sobre o fenômeno estudado que outros métodos de pesquisa não alcançariam. Westbrook (1995), por exemplo, destaca que técnicas tradicionais, como simulação e modelagem matemática, provavelmente não serão os principais métodos de pesquisa para a solução de problemas de natureza prática. Ele utiliza os desenvolvimentos práticos mais influentes nas décadas de 80 e 90, como TQM e JIT, para corroborar essa constatação, observando que grande parte do conhecimento desses temas não emergiu de acadêmicos, mas sim de profissionais e consultores.

Em síntese, a pesquisa-ação se destaca como um método prático, integrativo e empírico voltado para problemas do mundo real. Seu enfoque recai sobre questões reais da organização, em contraposição a problemas concebidos exclusivamente para fins de pesquisa. A dinâmica da pesquisa-ação se desenrola em uma narrativa em constante evolução, onde os dados se transformam com o resultado da intervenção prática, instaurando um cenário imprevisível. Por esse motivo, a condução da pesquisa-ação deve ser organizada em vários ciclos, nos quais, a cada iteração, os resultados da ação são avaliados, compartilhados com a organização envolvida no projeto, o processo é revisado para aprimorar o próximo ciclo de ação e novas teorias são desenvolvidas.

### **Apresentação dos artigos dessa edição**

Nesta seção, voltamos a atenção para a apresentação do conteúdo dos artigos que compõem o presente número (primeiro quadrimestre de 2024). Os trabalhos abordam temas diversos, os quais serão resumidos a seguir.

Abrindo este número, destacamos o artigo científico das pesquisadoras da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Diane Jéssica Morais Amorim e Vivianni Marques Leite dos Santos. Intitulado “Registro de desenho industrial no Brasil: duração média dos processos e principais causas de indeferimento”, o estudo realiza uma investigação quantitativa e qualitativa sobre o processo administrativo de concessão de registro de Desenho Industrial (DI), visando contribuir para o andamento eficiente desses registros.

O segundo artigo, “O controle algorítmico na organização do trabalho via plataformas digitais: uma revisão sistemática da literatura”, de autoria de Felipe Marques e Silva e Patrícia Saltorato, ambos da UFSCAR, apresenta um mapeamento dos principais temas e características da produção científica sobre o controle algorítmico no trabalho via plataforma. A revisão sistemática e análise bibliométrica da literatura fornecem insights valiosos sobre essa temática.

Na sequência, apresentamos uma análise dos processos de contratação de serviços com cessão de mão de obra, avaliando os riscos durante a gestão contratual com base no caso do

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Intitulado “Gestão de Riscos em Contratos Públicos de Serviços Envolvendo Mão de Obra”, o estudo, conduzido por Alexandra de Oliveira Faria e uma equipe de pesquisadores de instituições diversas, destaca questões cruciais na gestão de contratos públicos.

No quarto artigo, dois pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentam o trabalho “A Agricultura familiar na Pandemia de Covid-19: estratégias inovadoras que emergiram entre as agricultoras da Feira da Mulher Rural no município de Itaituba no estado do Pará”. O estudo elaborado por Rosana Santos de Oliveira e Carlos Eduardo Facin Lavarda mapeia estratégias inovadoras desenvolvidas por agricultoras para enfrentar os desafios impostos pela pandemia de Covid-19.

O artigo seguinte, “Validação de tecnologias da indústria 4.0 na operação logística em uma siderúrgica mediante o uso de simulação computacional”, elaborado por pesquisadores de diversas instituições, destaca ganhos obtidos pela avaliação de soluções da indústria 4.0 na operação e transporte da escória de altos-fornos em uma planta siderúrgica. A simulação computacional é empregada para estabelecer cenários e testar diferentes modelos.

Encerramos esta edição com a pesquisa “Um Olhar sobre a Dimensão Social e Ambiental da Sustentabilidade: Uma Análise das Ações Empresariais Reportadas no GRI”, elaborado por três pesquisadores da USP. A pesquisa observa especificamente as dimensões social e ambiental da sustentabilidade, buscando uma análise descritiva e comparativa entre essas duas dimensões a partir de relatórios GRI de 149 empresas.

Por fim, é crucial registrar nossa motivação com a integração de novos professores à equipe editorial, assim como expressar profunda gratidão aos editores de longa data. Nada mais justo para externar nosso reconhecimento do que a menção individual de cada editor associado:

- André Ferreira, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Cecilia Toledo Hernández, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Eduardo Roque Mangini, D.Sc. - Instituto Federal de São Roque, Brasil
- Felipe Fróes Couto, D.Sc. - Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
- Gustavo Hermínio Salati, D.Sc. - Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Jorge Tello-Gamarra, D.S.c. - Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
- Lívia Almada Neves, D.Sc. - Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
- Luis Eduardo Brandão Paiva, D.Sc. - Universidade Federal do Ceará, Brasil
- Marcelo Gonçalves do Amaral, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Marco Antonio Conejero, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Pítias Teodoro Lacerda, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Raphael Jonathas da Costa Lima, D.Sc. - Universidade Federal Fluminense, Brasil
- Sheila Serafim da Silva, D.Sc. - Fundação Instituto de Administração, Brasil
- Vanessa de Almeida Guimarães, D.Sc. - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Vicente Aprigliano Fernandes, D.Sc. - Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile

Expressamos nossa gratidão a todos os colaboradores, com destaque para os autores, revisores e leitores, desejando que a audiência desfrute do conteúdo desta edição!

Volta Redonda, 19 de janeiro de 2024.

## Referências

- Athanasopoulou, A., & De Reuver, M. (2020). How do business model tools facilitate business model exploration? Evidence from action research. *Electron Markets*, 30, 495–508. <https://doi.org/10.1007/s12525-020-00418-3>
- Balthu, K. C., & Clegg, B. (2021). Improving professional service operations: action research in a law firm. *International Journal of Operations & Production Management*, 41(6), 805-829. <https://doi.org/10.1108/IJOPM-10-2020-0696>
- Baskerville, R., & Wood-Harper, A. (1998). Diversity in information systems action research methods. *European Journal of Information Systems*, 7, 90–107. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ejis.3000298>
- Coghlan, D. (2011). Action Research: Exploring Perspectives on a Philosophy of Practical Knowing. *Academy of Management Annals*, 5(1), 53-87. <https://doi.org/10.5465/19416520.2011.571520>.
- Coughlan, P., & Coughlan, D. (2002). Action research for operations management. *International Journal of Operations & Production Management*, 22(2), 220-240. <https://doi.org/10.1108/01443570210417515>
- De Oliveira, U. R., Dias, G. C., & Fernandes, V. A. (2023). Evaluation of a conceptual model of supply chain risk management to import/export process of an automotive industry: an action research approach. *Operations Management Research*. <https://doi.org/10.1007/s12063-023-00422-8>
- Hassan, M. G., Akanmu, M. D., Ponniah, P., Sharif, K. I. M., Belal, H. M., & Othman, A. (2023). A framework for implementing a Supplier Kanban System through an action research methodology. *Benchmarking: An International Journal*, 30(5), 1562-1587. <https://doi.org/10.1108/BIJ-12-2020-0656>
- Hult, M., & Lennung, S. (1980). Towards a definition of action research: a note and bibliography. *Journal of Management Studies*, 17(2), 241-250. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.1980.tb00087.x>
- Huxham, C., & Vangen, S. (2003). Researching Organizational Practice through Action Research: Case Studies and Design Choices. *Organizational Research Methods*, 6(3), 383-403. <https://doi.org/10.1177/1094428103254>.
- Lindgren, R., Henfridsson, O., & Schultze, U. (2004). Design Principles for Competence Management Systems: A Synthesis of an Action Research Study. *MIS Quarterly*, 28(3), 435-472. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25148646>



Näslund, D., Kale, R., & Paulraj, A. (2010). Action research in supply chain management—a framework for relevant and rigorous research. *Journal of Business Logistics*, 31(2), 331-355. <https://doi.org/10.1002/j.2158-1592.2010.tb00155.x>

Puhakainen, P., & Siponen, M. (2010). Improving Employees' Compliance Through Information Systems Security Training: An Action Research Study. *MIS Quarterly*, 34(4), 757-778. <https://doi.org/10.2307/25750704>

Sundarakani, B., Ajaykumar, A., & Gunasekaran, A. (2021). Big data driven supply chain design and applications for blockchain: An action research using case study approach. *Omega*, 102, 102452. <https://doi.org/10.1016/j.omega.2021.102452>

Susman, G. I., & Evered, R. D. (1978). An Assessment of the Scientific Merits of Action Research. *Administrative Science Quarterly*, 23(4), 582-603. <https://doi.org/10.2307/2392581>

Westbrook, R. (1995). Action research: a new paradigm for research in production and operations management. *International Journal of Operations & Production Management*, 15(12), 6-20. <https://doi.org/10.1108/01443579510104466>.